

Congresso tem que votar 70 vezes até 6^a

Esforço concentrado é uma expressão suave para definir o volume de trabalho que aguarda os parlamentares até o próximo dia 15, início do recesso e final de legislatura. Em ritmo alucinante, o Congresso vota a partir de hoje um pacote contendo 15 medidas provisórias, 32 vetos presidenciais e 13 projetos de lei. Câmara e Senado, separadamente, não ficam atrás: são 31 e 23 propostas nas respectivas pautas.

Como se não bastasse o aspecto quantitativo, ficaram para o esforço final as matérias mais importantes que transitaram pelo Legislativo ao longo do ano. O destaque maior, devido à situação econômica do País, é naturalmente para a política salarial, em torno da qual oposicionistas e situacionistas até hoje não conseguiram entender-se. Mas há outros temas igualmente relevantes, como as medidas provisórias que regulamentam os aluguéis, as mensalidades escolares, as falências e concordatas, proíbe a ação dos cartéis e extingue a contribuição sindical.

ORÇAMENTO

A proposta orçamentária da União para o próximo exercício é outro item importante da pauta do Congresso, que só inicia o recesso, por determinação constitucional, depois da votação da matéria. O plano plurianual e um pacote de verbas suplementares para o Governo, no valor de bilhões de cruzeiros, também integram a lista.

Não é só. Na pauta da Câmara, encontram-se projetos como o que tabela os juros bancários na taxa de 12 por cento ao ano e o que limita a utilização de medidas provisórias pelo presidente da República, definindo claramente os conceitos de urgência e relevância que permitem o uso do dispositivo. A retirada de órgãos humanos para transplantes, desde que o doador em vida não tenha se manifestado expressamente contra, o aumento salarial dos ministros, a regulamentação dos bancos de

dados pessoais, além de propostas prosaicas como a declaração de utilidade pública da Associação Desportiva Lagoano. (MG) ou a obrigatoriedade da inserção do nome comercial dos corantes nas embalagens dos produtos, também serão votadas pelos deputados.

No Senado, as matérias mais relevantes referem-se a dívidas. A dívida do Brasil, junto aos bancos estrangeiros é objeto de projeto de resolução, que procura encurtar a liberdade dos negociadores do Governo. Por ele, o Brasil só transferirá divisas para pagamento de seus débitos desde que possua em caixa o suficiente para garantir as importações por um período mínimo de quatro meses. Outra dívida em pauta é a dos estados e municípios, cuja expansão igualmente os senadores pretendem limitar. Em troca, aprovam a liberação de empréstimos externos para governadores diversos.

O Senado deve opinar ainda sobre os processos de concessão de mais de 30 canais de rádio e televisão, distribuídos por diferentes municípios. Desde a promulgação da Constituição, cabe ao Congresso autorizar as concessões, antes privativas do Governo.

LÍDERES

Para eleger as prioridades da pauta, os líderes de todos os partidos têm reunião às 16h de hoje, no gabinete do peemedebista Ibsen Pinheiro. A tendência é colocar à frente as matérias consensuais, para evitar que sejam prejudicadas por tentativas de obstrução. As mais polêmicas ficariam para o final, dando mais tempo para as negociações. A oposição já avisou que só vota a proposta orçamentária — de interesse do Governo — depois da política salarial.

CABRAL

O deputado Bernardo Cabral (sem partido-AM) passou o fim de semana internado no Hospital Santa Lúcia, vítima de uma hipertensão. Só ontem o deputado foi liberado pelos médicos para voltar a sua casa. Deverá, no entanto, ficar uma semana em repouso, sem sair de casa nem atender telefonemas. Na sexta-feira, queixando-se de cansaço e de um pouco de taquicardia, o deputado procurou o hospital, onde acabou internado por dois dias. Agora, o ex-ministro da Justiça já está bem.